

Boletim do Fórum das Seis (17/07) | Cruesp não negocia sequer itens da Pauta Unificada

BOLETIM DO

17 de julho de 2014

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Cruesp não negocia sequer itens da Pauta Unificada que dispensam recursos adicionais!

Fórum das Seis indica a continuidade da greve

Logo no início da reunião entre Cruesp e Fórum das Seis, nesta quarta-feira, 16/7, os representantes das entidades informaram aos reitores que a indignação de funcionários técnico-administrativos e docentes com o arrocho salarial continua forte, traduzindo-se na continuidade da greve. Questionada sobre a existência de alguma proposta para as categorias, a reitora da Unesp e presidente do Cruesp, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, repetiu que “o dissídio está adiado para setembro/outubro” e que já havia sido “acertado” que a presente reunião não abordaria salário.

Os representantes do Fórum frisaram não havia nenhum “acerto” entre as partes e sim um comunicado unilateral dos reitores, que não querem discutir as questões salariais, o que é muito diferente de uma efetiva negociação.

Diante desta nova negativa, o Fórum destacou a necessidade de discutir e chegar a propostas sobre os demais itens da Pauta Unificada entregue ao Cruesp em 28/3. Como não seria possível abordar todos os itens nesta reunião, o Fórum propôs iniciar por três pontos, ressaltando em cada um os princípios que sinalizam para tratamento isonômico nas três universidades e no Centro Paula Souza (Ceeteps). Veja, a seguir, uma síntese de cada um desses pontos e as respostas do Cruesp.

Defesa do aumento de recursos para a educação e da garantia de sua qualidade

- Não utilizar cursos via ensino à distância (EaD) na formação inicial;

- Ampliar vagas presenciais, com garantia de recursos necessários e perenes;

- Lutar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) por 33% da receita total de impostos para a educação, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado (QPE) do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% desta mesma base de cálculo para o Ceeteps;

- Lutar junto ao Executivo e ao Legislativo, com vistas à promulgação de lei complementar, destinando um percentual da receita total de impostos às universidades estaduais e ao Ceeteps. Tal percentual deve ser, no mínimo, equivalente ao destinado hoje a estas instituições, acrescido dos percentuais devidos pelo Executivo em função de compromissos assumidos quando da anexação de Lorena pela USP (0,05% ao longo de cinco anos, “totalizando, ao final, 0,25 de acréscimo ao percentual do ICMS garantido às Universidades Estaduais”, conforme Ofício GS. SCTDE nº 1707/2005), da criação de novo campus em Limeira (0,05%, conforme documento do Governo do Estado à Unicamp de 15/12/2005) e, no caso da expansão da Unesp, com a abertura das unidades de Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana, Dracena e São João da Boa Vista, bem como a abertura de novos cursos, em diferentes locais, do aporte efetivo de recursos adequados para tal;

- Lutar para que o percentual de repasse às universidades seja aplicado sobre o total do produto do ICMS-QPE, a exemplo do que é feito com os municípios (ou seja, tratamento isonômico ao que é dado aos municípios).

Os reitores nada disseram a respeito do uso de EaD na formação inicial. Sobre a luta por mais recursos, alegaram estar fazendo esforços junto ao Executivo e aos deputados para que o repasse do ICMS às universidades seja calculado sobre o total do produto do ICMS, sem os expurgos denunciados sistematicamente pelo Fórum das Seis. Os reitores disseram, ainda, ter feito várias cobranças junto ao governo, por conta dos recursos prometidos e não repassados nos processos de expansão. O pró-reitor de Administração da Unesp, Carlos Antonio Gamero, disse que a criação de sete novos campi e 34 cursos nos anos de 2002/2003 significou “uma nova universidade dentro da universidade”. O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, informou que, embora cobrado inúmeras

vezes, não foram repassados os recursos prometidos para a criação de sete novos campi e 34 cursos nos anos de 2002/2003 significou “uma nova universidade dentro da universidade”. O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, informou que, embora cobrado inúmeras



Os participantes, durante a reunião



→ vezes sobre os percentuais devidos por conta da criação do campus de Limeira, o governo não cumpre o prometido. Representando novamente o reitor da USP – que está viajando – o vice-reitor Vahan Agopyan informou que apenas uma pequena parte dos recursos prometidos por conta da encampação de Lorena não foi repassada, o que gerou estranheza entre os presentes.

Os representantes do Fórum registraram o fato de que os reitores não batalham por mais recursos para as universidades com a mesma firmeza com que se dispõem a arrochar os salários de funcionários e docentes.

Democratização da universidade

- Democratizar a universidade em todos os seus aspectos: acesso, produção de conhecimento e estrutura de poder;
- Expor, no Portal de Transparência, os dados brutos, não agregados, com detalhamento mensal da gestão de recursos orçamentários e extraorçamentários das três universidades estaduais e do Cceteps;
- Não reprimir e/ou criminalizar estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes que lutam em defesa da educação pública;
- Revogar as punições, inclusive os cortes de ponto, e retirar os processos administrativos e judiciais contra estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes, bem como contra entidades representativas do movimento sindical e estudantil, que lutam em defesa da universidade pública.

Sobre este ponto, os reitores limitaram-se a reafirmar sua disposição de divulgar todos os dados que forem solicitados pelas entidades. Às cobranças de revogação de todas as punições, cortes de ponto, processos e outros, em especial na Unesp e na USP, não houve resposta.

Permanência estudantil / gratuidade ativa

- Garantir a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil na Unesp, Unicamp e USP e no Cceteps, por meio de órgãos paritários e deliberativos;
- Prover dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Cceteps, visando:
 - a) Moradia estudantil para atender a demanda em todos os *campi*;
 - b) Construção de restaurantes universitários com estrutura e funcionamento adequados às demandas das unidades em todos os *campi*;
 - c) Concessão de bolsas de permanência estudantil com adoção de critérios socioeconômicos, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no Estado de São Paulo;
 - d) Estrita vinculação de todas as bolsas concedidas às atividades acadêmicas dos bolsistas, com a conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de permanência estudantil.

Neste ponto, a professora Marilza voltou a citar os termos do Comunicado 3, de 25/6/2014, no qual o Cruesp propõe a criação de grupos de trabalho entre as partes para discutir permanência estudantil e isonomia. O Fórum lembrou aos reitores já ter respondido a esta proposta, dizendo-se favorável a com-

por as comissões, mas somente após o desenlace da data-base. Isso não impediria, no entanto, que os reitores discutissem a questão da permanência estudantil de um modo mais amplo naquele momento. Não houve acordo.

Sem propostas, sem diálogo efetivo

A retórica de abertura e democracia, estampada pelos reitores na reunião, não se sustenta frente à sua prática. Intransigentes, recusaram-se a discutir até mesmo pontos que não implicam em recursos, como é o caso da revogação das punições, a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos, entre outros.

Outros pontos

No decorrer da reunião, alguns outros assuntos vieram à discussão, entre eles:

Cceteps: Embora sabedora da legislação que prevê o vínculo e a associação do Centro Paula Souza à Unesp, a professora Marilza questionou a sua presença na Pauta Unificada do Fórum. Ouviu dos representantes do Fórum que a composição da Pauta é prerrogativa das entidades representativas e que o assunto deveria voltar à discussão em outro momento, de forma aprofundada, tendo em vista a defesa da construção de um sistema público de Educação Superior no estado.

Hospitais universitários: Após questionamentos, o reitor da Unicamp declarou-se contrário a qualquer iniciativa de desvinculação dos hospitais universitários. A reitora da Unesp, onde já ocorreu a autarquização, defendeu a medida como melhor solução para os problemas de recursos. O vice-reitor da USP disse que a universidade tem “experiências positivas” com os dois modelos existentes (HC e HU) e que a postura da Reitoria sobre o assunto ainda é indefinida.

Nova reunião

Ao final da reunião, a coordenação do Fórum solicitou aos reitores o agendamento de um novo encontro, para dar continuidade às discussões da Pauta Unificada 2014. Inicialmente, a presidente do Cruesp sinalizou que isso somente seria possível para o final de agosto, devido às agendas dos reitores. Os representantes do Fórum frisaram que jogar uma próxima reunião para mais de 40 dias adiante, num cenário de greve nas três universidades, seria mais uma demonstração de desrespeito com as categorias. Frente a esta argumentação, ficou acertado que a data da próxima reunião será informada ao Fórum até segunda-feira, 21/7.

Continuidade da greve

O Fórum das Seis indica às categorias a continuidade da greve e volta a se reunir no dia 22/7, terça-feira, às 10h, na sede da Adunesp/Sintunesp.

Confira o áudio da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis em 16/7:
<http://podcast.unesp.br/radiorelease-16072014-reuniao-do-cruesp-com-o-forum-das-seis>

A GREVE CONTINUA! NÃO É SÓ POR REAJUSTE! É POR DIGNIDADE E DEMOCRACIA!